



## Antes do desastre: notas a respeito do Jornalismo, da comunicação de riscos, da prevenção e do envolvimento cidadão

Eloisa Beling Loose<sup>1</sup>; Ilza Maria Tourinho Girardi<sup>2</sup>

Recibido: 28 de mayo de 2018 / Aceptado: 30 de septiembre de 2018

**Resumo.** Este texto, de perspectiva reflexiva, articula aspectos relacionados à comunicação de riscos e ao envolvimento dos cidadãos a partir do lugar dado à prevenção pelo Jornalismo. A partir de pesquisa bibliográfica, verifica-se que essa interface ainda é restrita no Brasil e, a partir da discussão de literatura, analisam-se os possíveis cruzamentos entre a cultura da prevenção e a cobertura jornalística de riscos, assim como sua associação com a cidadania. Dentre as considerações, aponta que o Jornalismo precisa rever sua lógica, voltada para o presente, ao acontecimento concreto, já que estamos vivendo em uma sociedade orientada para o futuro e cercada de riscos – o que exige um posicionamento mais preventivo. **Palavras-chave:** Jornalismo; Comunicação de Riscos; Prevenção.

### [en] Before the disaster: notes on Journalism, risk communication, prevention and citizen involvement

**Abstract.** This text, from a reflective perspective, articulates aspects related to the risks communication, the involvement of citizens and the place given to prevention by journalism. From a bibliographical research, it is verified that this interface is still restricted in Brazil and, from the literature discussion, the possible crosses between the culture of prevention and the journalistic coverage about risks, as well as their association with citizenship, are analyzed. Among the considerations, it points out that Journalism needs to revise its logic, focused on the present, to the concrete event, since we are living in a society oriented to the future and surrounded by risks - which requires a more preventive positioning.

**Keywords:** Journalism; Risks communication; Prevention.

**Sumário:** 1. Introdução. 2. Riscos Modernos. 3. Comunicação de Riscos. 4. Jornalismo e Percepção de risco. 5. Jornalismo e prevenção. 6. Considerações finais. Agradecimento. Bibliografia.

**Como citar:** Beling Loose, Eloisa; Girardi, Ilza Maria Tourinho (2018). “Antes do desastre: notas a respeito do Jornalismo, da comunicação de riscos, da prevenção e do envolvimento cidadão”, en *Mediaciones Sociales*, 17, 209-222.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil).  
eloisa.beling@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil).  
ilza.girardi@ufrgs.br

## 1. Introdução

O foco desta reflexão é a discussão da prevenção na cobertura jornalística de riscos, considerando suas implicações para o envolvimento dos cidadãos no seu enfrentamento, o que é entendido como necessário para o exercício de uma cidadania efetiva. A partir das discussões a respeito da comunicação de riscos, situa-se o Jornalismo, a fim de apontar aspectos atrelados à uma cultura de prevenção, considerando o Princípio da Precaução<sup>3</sup>, pouco presente na produção de notícias e nas pesquisas sobre a área.

Esta abordagem aproxima-se à da gestão de riscos e desastres (GRD), também pouco estudada no âmbito jornalístico, mas que demanda mais reflexão (Obregón, Arroyave & Barrios, 2010). Alves dos Santos (2015:183) traz a discussão sobre o papel do jornalismo diante das novas diretrizes internacionais para redução de riscos e desastres (RRD), a partir das indicações do Sendai Framework<sup>4</sup>, lançado em março de 2015, apontando que “[...] quando o jornalismo cobre o risco é porque está à frente da ameaça, atento a situações de vulnerabilidade, investigando e cavando pautas que rendem denúncias e serviço público”. Afirma a pesquisadora que o jornalismo de qualidade, comprometido com o interesse público, é aquele que está atento às vulnerabilidades da população e aos riscos a que ela está submetida, trabalhando para evitar os desastres.

No Brasil, o chamado jornalismo preventivo (ANDI, 2009) dá ênfase para esse olhar antecipatório, embora seja pouco adotado na realidade das redações e pouco conhecido enquanto norte teórico. Na Espanha, Alende Castro (2016) apresenta uma proposta chamada Jornalismo de Prevenção (*periodismo de prevención*), que busca aproximar os públicos dos riscos e de suas formas de gestão, de modo que evitem ou minimizem desastres. Ambas abordagens seguem alinhadas à necessidade de o Jornalismo ser mais atento a preceitos da comunicação de riscos, fundamental para a boa gestão de problemas que podem vir a se tornar desastres, ainda que considerem as especificidades do fazer jornalístico.

Este texto tem perspectiva analítica-reflexiva e parte de uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2012), que dá indícios das lacunas existentes sobre o tema no Brasil. A partir de então, busca expor as articulações entre o papel do Jornalismo na mediação social de riscos e desastres<sup>5</sup>, considerando a perspectiva da comunicação de riscos e sua vinculação com a participação das pessoas nos processos sociais e políticos que, com intensidades diferentes, acarretarão impactos em seu cotidiano, calcado em revisão de literatura nacional e internacional. O objetivo é dar relevo a uma questão pouco estudada, mas que se mostra cada vez mais importante no contexto contemporâneo no qual riscos e desastres são cada vez mais comuns, especialmente em lugares de grande vulnerabilidade. Se o Jornalismo pauta o debate a partir daquilo que é interesse público, como ignorar os riscos? Não seria parte de suas finalidades informar a população sobre as medidas necessárias para evitar os desastres?

---

<sup>3</sup> O Princípio da Precaução foi proposto na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, representando uma garantia contra riscos potenciais que, de acordo com o estado atual da ciência e do conhecimento, ainda não podem ser identificados.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.wcdrr.org>>.

<sup>5</sup> Este texto não se centra na cobertura de catástrofes e desastres, mas no trabalho jornalístico que antecede, que antecipa tais ocorrências. Incluímos a palavra-chave “desastre” na busca por entender que uma discussão sobre prevenção no jornalismo deveria abarcar a fase pré-desastre e nos permitir uma ampliação de trabalhos. Para saber mais sobre cobertura jornalística de desastres ver trabalhos de Márcia Franz Amaral e Carlos Lozano Ascencio.

Sublinha-se que países como o Brasil são mais vulneráveis aos riscos modernos em decorrência da ocupação desordenada e da demasiada concentração de pessoas nos grandes centros, das muitas desigualdades sociais, da enorme dependência de recursos naturais, dentre outras razões, sendo os mais pobres e excluídos aqueles que serão mais afetados. Assinala-se que a pobreza é um triplo fator de risco e que as cidades latino-americanas partilham de deficiências semelhantes às asiáticas e africanas (Veyret, 2007), tendo pouco ou nenhum preparo para enfrentar os riscos.

O subdesenvolvimento acentua os efeitos indiretos dos riscos por várias razões: a desregulamentação da utilização do solo e do código de urbanismo, um sistema tributário fundiário mal aplicado ou distorcido, a privatização dos serviços e, enfim, a deficiência dos poderes públicos. (Veyret, 2007:89-90).

A discussão sobre jornalismo de riscos ainda é pouco estudada no Brasil, como averiguado na pesquisa bibliográfica realizada no Portal de Periódicos da Capes no período de 2013 a 2017. Realizaram-se buscas (no formato avançado) no Portal de Periódicos da Capes<sup>6</sup>, no período dos últimos cinco anos, com cruzamentos diversos entre as seguintes palavras-chave: “comunicação de riscos” + “jornalismo”, “riscos” + “jornalismo”, “jornalismo + “prevenção”, “precaução” + “jornalismo” e “jornalismo”+ “desastre”, e as seguintes expressões: “jornalismo preventivo” e “jornalismo de risco”. O intuito foi mapear a produção sobre estas relações no Brasil, motivo pelo qual, optou-se pelo rastreamento somente em língua portuguesa. Após as leituras dos resumos dos trabalhos, foram descartados aqueles que não tratavam de forma específica do Jornalismo e, posteriormente, aqueles que não discutiam riscos ou aspectos associados à sua prevenção.

Nesta busca, realizada com diferentes combinações e expressões que remetem à tríade jornalismo, riscos/desastres e prevenção/precaução, encontrou-se apenas 13 artigos em português que discutem esta relação, apesar do número total de textos mapeados serem 150<sup>7</sup>, incluindo as repetições de artigos que apareciam em mais de uma busca. No entanto, apesar da literatura escassa ainda, tal discussão mostra-se um aspecto fundamental quando tratamos do cenário contemporâneo, visto por Beck (2010) como uma sociedade do risco, no qual os homens criam condições e situações que colocam em risco a própria vida. A sociedade de risco, segundo Beck, corresponde à acumulação e complexificação dos riscos ecológicos, financeiros, terroristas, informacionais, bioquímicos, etc., que se fazem presente no dia a dia das pessoas hoje. Nossa proposta é evidenciar como tal debate precisa estar mais presente no Jornalismo a fim de fornecer subsídios para que os cidadãos se mobilizem – é preciso lembrar que o enfrentamento só ocorre quando há percepção de risco<sup>8</sup> e, muitas vezes, isso apenas ocorre por meio da mediação midiática.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>.

<sup>7</sup> A maioria dos trabalhos encontrados citava os termos “desastres”, “riscos” ou “prevenção” sem aprofundamento teórico, às vezes apenas uma vez, atrelado, em muitos casos, à cobertura jornalística de saúde (ex.: uso de drogas, suicídio, dengue, etc.), o que está de acordo com os achados de Alende Castro (2016). Também se verificou que alguns trabalhos discutiam mídia de uma forma ampla, descolando-se da discussão específica do jornalismo.

<sup>8</sup> Adota-se a perspectiva construcionista que traz uma ênfase sociológica para a Psicologia, na qual o [...] processo de compreensão não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação” (Gergen, 2009: 302). Assim, reconhecemos a identificação dos riscos como um fenômeno social e cultural (Lima, 1998).

O Jornalismo é uma forma de mediação que, por sua legitimidade e alcance, pode atenuar ou amplificar as percepções sobre riscos. Kitzinger e Reilly (2002:11) enfatizam a força da mídia e da compreensão dos riscos hoje: “[...] o ‘risco’ tornou-se um conceito central no debate público e político, com os media considerados centro da mudança social”. Nosso objetivo aqui é aproximar a discussão da comunicação de riscos e de seu caráter preventivo ao campo jornalístico, considerando o distanciamento existente e a urgência de articulação de tais questões para fornecer aos cidadãos mais condições para tomadas de decisão e, conseqüentemente, exercício de sua cidadania.

Na parte que segue esta introdução, aborda-se a configuração dos riscos modernos, de modo a contextualizar nossa reflexão. Na parte três explica-se o conceito de comunicação de riscos e suas características, ressaltando as intersecções com o Jornalismo. A seguir, na parte 4, é apresentada a relação do Jornalismo com a percepção de risco no que diz respeito a como os riscos são conhecidos e chegam à população por meio de sua mediação. Já na parte cinco discute-se, pelo viés jornalístico, a prevenção, detectando a falta de pautas neste sentido. Por último, apontam-se as considerações finais.

## 2. Riscos modernos

Os riscos são geralmente atrelados às tragédias, desastres, catástrofes. Contudo, é importante compreender que o risco é uma noção anterior à concretização de uma consequência com impactos negativos. O risco é uma antecipação, uma previsão, uma possibilidade futura que, quando se torna palpável já se torna um dano, uma perda, uma catástrofe. Pont Sorribes (2013) aponta que, de forma geral, o conceito de risco está associado à incerteza e à probabilidade, o que explica, em certa medida, a razão pela qual o Jornalismo, que trabalha a partir de acontecimentos, não costuma tratar de riscos.

Se os riscos são incertezas de perspectiva futura, pode-se dizer que eles existem desde o começo da humanidade, pois sempre houve a percepção de uma ameaça ou perigo no desenvolvimento do ser humano. Como assinala Pont Sorribes (2013:21): “Los riesgos no son nuevos, lo que sí se presenta como novedad es el propio concepto de riesgo”.

O que Beck (2010) traz à tona ao denominar a sociedade hoje como de risco é justamente a soma e complexificação de riscos que permeiam nosso cotidiano. Não são apenas os riscos oriundos da natureza que afetam a população, mas uma série de riscos autoproduzidos pelo próprio homem. Além disso, outras características diferenciam os riscos antigos dos atuais: o alcance, a causa e a forma de compreensão (Grande, 2013). O desenvolvimento científico e tecnológico que trouxe e traz melhorias na qualidade de vida das pessoas também criou e cria efeitos secundários ou colaterais, que acarretam uma grande quantidade de ameaças.

O crescimento das sociedades industriais e a globalização aceleram a complexificação dos riscos, pois geram mais interdependências sociais, ambientais, políticas, tecnológicas e econômicas. Pont Sorribes (2013) coloca que este quadro deteriora o poder do Estado, que garantia até então a segurança dos cidadãos em seu território. Com a fragilização dos Estados e a intensificação das conexões globais, a suscetibilidade diante dos imprevistos aumenta.

Sob a perspectiva da teoria cultural dos riscos (Douglas e Wildavsky<sup>9</sup>, 2012), os riscos são construções sociais, ou seja, são compreendidos a partir de uma certa realidade, sempre em relação a um grupo de indivíduos que o apreende e com ele convive. Considerando o risco como um constructo social, sua apreensão depende do contexto cultural e psicológico de cada sujeito. Assim, os riscos percebidos por um grupo em um determinado local podem ser ignorados, amenizados ou supervalorizados por outros, a depender das experiências e mediações específicas de cada um. Os estudos da área neste contexto se disseminam a partir da metade do século XX, com investigações sobre a percepção social do risco tecnológico, mas é a partir da década de 1990 que se começa a ter uma ênfase mais integradora deste fenômeno (Pont Sorribes, 2013).

Do ponto de vista da Comunicação, a mediação dos riscos pode ser amplificada ou atenuada conforme as recorrências, enquadramentos e espaços dados aos riscos. Vários autores, como Veyret (2007) e Beck (2010), apontam os meios de comunicação como mediadores fundamentais para compreensão dos riscos modernos, já que são eles que conseguem tornar palpável o risco de modo que haja percepção e enfrentamento do mesmo:

Sem técnicas de visualização, sem formas simbólicas, sem meios de comunicação de massa, os riscos não são absolutamente nada. A questão sociológica é esta: se a destruição e o desastre forem antecipados, isso pode gerar uma pressão para agir. A construção social de uma antecipação ‘real’ de catástrofes futuras [...] pode se tornar uma força política que transforme o mundo (para melhor ou para pior). (Beck, 2010:362).

Considera-se aqui o papel-chave da mídia, de forma geral, e do Jornalismo, de forma específica, para melhores esclarecimentos dos riscos para população, porém destaca-se que a lógica de produção de notícias é outra, baseada em muitos critérios que visam capturar a atenção do público em razão da sua sustentabilidade econômica – e, por isso, pode causar alarmismo e muitas distorções. É evidente que informações de desastres possuem mais audiência do que aquelas que trazem elementos de prevenção, devido às próprias imagens fortes e aos valores-notícias atrelados à tragédia e à morte que ficam ressaltados nas catástrofes. Recorda-se que a comunicação também foi globalizada, permitindo que acontecimentos do outro lado do planeta sejam noticiados em tempo real para uma grande quantidade de pessoas que estão bem distantes da realidade imediatamente afetada. A rápida e constante divulgação de uma série de tragédias, que antes até poderiam ocorrer, mas não eram mediadas globalmente – como ocorre hoje em função da web -, influencia também no aumento de percepção do risco das pessoas, como veremos adiante.

### 3. Comunicação de riscos

O surgimento do conceito “comunicação de riscos” está atrelado à tentativa de melhorar a gestão de riscos, de modo a diminuir a lacuna entre o conhecimento a respei-

---

<sup>9</sup> Tanto a perspectiva cultural quanto os estudos de Beck (2010) concordam em relação à importância da cultura e da sociedade na constituição das percepções de risco, porém Wildavsky tende a ser mais otimista a respeito da realidade que estamos enfrentando, diminuindo a gravidade e magnitude dos riscos apontadas por Beck (Adams, 2009).

to do risco e a percepção que as pessoas têm sobre ele. Hoje a discussão de como tornar mais eficiente a divulgação dos riscos ganha cada vez mais adeptos. Os estudos nesta área costumam partir do pressuposto de que a cobertura midiática dos riscos pode: 1) fornecer conhecimento aos cidadãos; 2) auxiliar na aceitabilidade do público sobre diferentes riscos; 3) motivar o público para uma atuação responsável; e 4) proporcionar marcos de significação sobre aqueles riscos escolhidos de forma voluntária (Bakir, 2010 *apud* Pont Sorribes, 2013). Contudo, a comunicação de riscos pode ocorrer também independentemente dos meios, colaborando com a compreensão de um determinado problema entre grupos diferentes, com visões não concordantes.

A comunicação de riscos envolve a divulgação de informações para diferentes públicos a fim de esclarecer, alertar e apontar soluções que reduzam os possíveis danos. Além de ofertar quadros interpretativos para o risco, que interferem na constituição de suas percepções, costuma reunir diferentes atores implicados para articular processos de gestão de risco e demais atividades que estejam de acordo com uma cultura de prevenção do risco (Rodríguez e Puga, 2017).

É um campo interdisciplinar que não se resume a convencimento das partes, buscando sempre o diálogo e a participação dos envolvidos. Aqui fica evidente a questão do envolvimento requerido:

A comunicação de riscos é entendida como uma condição necessária à realização dos direitos de toda pessoa em participar das tomadas de decisões que dizem respeito à sua vida e saúde. Daí a ideia central de considerar a comunicação de riscos importante instrumento de democratização do processo de tomada de decisão diante de um determinado risco. (UFSC, 2012:22).

Esta abordagem busca trazer os cidadãos para o enfrentamento do problema. Victor (2015) lembra que, muitas vezes, a comunicação de riscos é entendida como mera transmissão de dados e informações, reduzindo em muito seu valor no processo de gestão de riscos. Para a pesquisadora, é preciso legitimar a comunicação de riscos como ferramenta de RRD de modo a assegurar às comunidades o direito de participar de processos decisórios que dizem respeito a suas próprias vidas. Este processo é amplo e multifacetado, sendo o Jornalismo, quando atento às situações de riscos, uma das partes relevantes para o conjunto.

A imprensa, ao realizar a cobertura dos riscos, auxilia de formas mais específicas, como aponta Serra (2009): no agendamento e enquadramento dos riscos (de modo a nos dizer sobre o que pensar e como pensar a respeito), na intermediação (pois os média relacionam os poderes instituídos aos cidadãos) e na legitimação da tomada de decisões (na medida em que funcionam como um fórum em que as questões relativas aos riscos são analisadas e discutidas sob diferentes óticas). Dessa forma, a comunicação ganha representatividade e influencia as discussões sobre o assunto em outros campos sociais, ampliando o debate e colaborando com sua legitimação social.

Mesmo assim, é preciso ponderar esse alcance. O Jornalismo é um dos fatores que interfere na percepção de riscos e não o único fator. Ao estudar riscos climáticos, Corner, Markowitz e Pidgeon (2014) indicam que, em nível geral, as populações dos países mais vulneráveis são aquelas mais preocupadas, e que nações ocidentais mais coletivistas tendem a ser mais propensas ao pensamento ambiental do que aquelas marcadas pelo individualismo, como os Estados Unidos. Mesmo com diferenças cul-

turais, as tendências de engajamento estão sempre relacionadas a valores, a uma cultura e um contexto. É por isso que pesquisadores acreditam que a comunicação dos riscos climáticos pode ser melhor quando considerados os valores de cada grupo receptor (se forem empresários, o argumento econômico terá mais valor; se forem ambientalistas, a defesa da biodiversidade terá mais peso). Nesse sentido, conhecer as especificidades de cada grupo se torna obrigatório para comunicar com mais eficácia.

Ainda que existam uma série de razões que determinam como cada sujeito interpretará o mundo e como reagirá diante de uma informação sobre risco – pode entender, mas não percebê-lo como um risco imediato ou que o atinja diretamente, ignorando-o, ou ainda entender de forma parcial e exagerar na atenção dada à informação, por exemplo -, a comunicação dos riscos é o primeiro passo para possível percepção e uma das maneiras de envolver os cidadãos no seu enfrentamento. Carvalho (2011:44) ressalta que “[...] o processo de apresentação pública de dados, argumentos e pontos de vista (*‘claims-making’*) é uma condição indispensável para que a atenção pública e política incida sobre uma questão”. Logo, tornar visível aquilo que estava oculto para a sociedade, de forma clara e coerente, é uma das missões da comunicação de riscos, de modo a contribuir com as percepções sociais dos sujeitos e, quem sabe, com ações de enfrentamento.

Dentro dessa perspectiva, o Jornalismo atua sob uma lógica particular, a partir dos critérios de noticiabilidade. Embora os riscos tenham potencial para se tornar notícia, nem todo risco atende aos critérios jornalísticos. Covello e Sandman (2001) lembram que os jornalistas são altamente seletivos nos relatos jornalísticos sobre o risco, sendo inclinados a escrever sobre riscos que envolvem pessoas em situações inusitadas, negativas, dramáticas, sensacionais ou de embate. Os riscos associados à novidade, proximidade, conflito, ameaça (ligado à tragédia e à morte) costumam ser privilegiados pelos jornalistas. Pidgeon (2012 *apud* ASHE, 2013), que trabalha com a cobertura das notícias sobre mudanças climáticas, listou mais alguns elementos que tendem a atrair a atenção dos jornalistas: questões que envolvem responsabilização ou culpa; de interesse humano, relacionadas a assuntos ou pessoas de alto destaque, com forte impacto visual, relacionadas com sexo ou crime, com exposição de muitas pessoas, que envolvem um evento que pode sinalizar uma tendência mais ampla e que possuem segredos e acobertamentos. Tais características possuem valor de notícia, estimulam o interesse do público e fazem um acontecimento se tornar notícia. Ashe (2013) destaca ainda que esses critérios, ainda que reconhecidos pela comunidade interpretativa dos jornalistas, variam de profissional para profissional, de editor para editor, de veículo para veículo, afinal dependem de julgamentos subjetivos, relacionados às práticas institucionais aprendidas e à pré-concepção que os produtores têm acerca dos interesses de sua audiência.

#### **4. Jornalismo e percepção de risco**

Os riscos não vivenciados pelas pessoas são em grande medida conhecidos e percebidos por meio dos veículos de comunicação, mas como estes chegam à população? É necessário recordar que o Jornalismo, junto com sua missão de servir ao interesse público, está envolto em rotinas e normas que, na maioria dos casos, tem como finalidade o lucro. Muitas vezes, é esse lado que impede que alguns riscos sejam divulgados ou contextualizados de forma adequada.

O Jornalismo vive entre dois polos: o econômico, associado à necessidade de vender e atrair a audiência, e o ideológico, voltado para seu papel social (Traquina, 2005). Sob o ponto de vista de cada polo há razões para se cobrir os riscos: do econômico, o anúncio de possíveis desastres e tragédias, que envolvam perdas e danos, encaixam-se como noticiabilidade quando envolvem calamidade, morte, inesperado, impacto, por exemplo; do ideológico, verifica-se que, dentre as expectativas da sociedade sobre o Jornalismo, McQuail (2013) destaca ao menos dois diretamente associados com esta discussão: 1) conectar cidadãos e governo e 2) estar disponível para ajudar em tempos de crise e de emergência.

Ainda que existam interesses diversos na cobertura dos riscos pelo Jornalismo, é preciso entender que esta é uma atividade profissional, dotada de regras e de uma cultura própria. Por mais que haja um interesse pelos assuntos atrelados ao risco, pelo seu possível potencial de noticiabilidade, nem todo risco será de interesse jornalístico. A lógica jornalística pressupõe seleções e recortes, que envolvem também decisões a respeito de quais tipos de risco serão noticiados e quais continuarão sendo ignorados pela imprensa (Kitzinger e Reilly, 2002).

Em estudo com jornalistas e fontes de informação, Kitzinger e Reilly (2002) identificaram uma combinação de fatores que contribuem para a escassez de notícias sobre riscos da pesquisa genética sobre saúde humana (e que podem ser identificados em outros tipos de risco: 1) conhecimento dos jornalistas sobre o assunto (atrelado à especialização dos profissionais), curto prazo para divulgação e formato das notícias (relacionado à proposta editorial e às questões organizacionais de cada empresa jornalística) e autoridade das fontes (geralmente cientistas que são entrevistados sem nenhum contraponto); 2) valores-notícia e eventos “reais” por oposição a riscos hipotéticos (como riscos são antecipações dos problemas, acontecimentos palpáveis, com efeitos imediatos, estão na preferência da prática jornalística, que realiza seus registros no tempo presente); 3) a ausência de interesse de fator humano (a fim de tornar a notícia mais interessante, busca-se algum caso ilustrativo, alguém que viveu ou que passa por aquela situação – o que, na maioria das vezes, não é possível quando tratamos de projeções)<sup>10</sup>; 4) influências das “heranças culturais” (a dimensão da noticiabilidade depende, em parte, como tais questões têm eco nas crenças coletivas; e 5) ausência ou hesitação de fontes sobre o assunto (também abarca a ausência de discussões políticas e científicas sobre o assunto). Tais fatores também foram percebidos na pesquisa de Loose (2016), na qual jornalistas relataram dificuldade em contatar fontes locais, em conseguir declarações sem incertezas dos cientistas, em ilustrar as matérias associadas a riscos do clima e em identificar “novos” acontecimentos que possibilitem uma cobertura sistemática.

Pont Sorribes (2013), a partir do estudo de Altheide (2002), aponta que a lógica atual dos meios de comunicação está propagando o medo, já que a comunicação no âmbito das sociedades de risco costuma estar orientada para a vigilância policial, o controle e a prevenção. Para o autor, a mudança nos dias de hoje está no crescimento da dimensão dada ao medo “[...] gracias a la nueva lógica de los medios de comunicación, convertidos em marcos referenciales com programas más alejados de la entrevista y la objetividade informativa e introduciendo el miedo en el lenguaje” (Pont

---

<sup>10</sup> Para este fator, as autoras pontuam que o interesse humano é sempre socialmente construído e “[...] para que a estória tenha “interesse humano”, os jornalistas devem assumir que o problema que apresentam é capaz de gerar empatia na audiência” (Kitzinger e Reilly, 2002:19).

Sorribes, 2013:26). Dessa forma, o medo recebe uma dimensão amplificada seja pela maior divulgação existente hoje, seja pela forma com que tais riscos são divulgados, com apelo excessivo, criando uma emoção, muitas vezes, desproporcional.

Uma pesquisa realizada sobre riscos e catástrofes naturais nos principais telejornais da Espanha aponta que a informação visual é priorizada em relação à contextualização e explicação, criando-se uma espécie de “mercado do medo” em razão da espetacularização das imagens (Ascencio, Calero e Corral, 2017). Assim, ainda que tenha destaque ou choque o público, tal opção pode fomentar a paralisação dos sujeitos diante do problema. Giddens (2010) ressalta que o medo e a angústia não são, necessariamente, mobilizadores. Já Pulcini (2013) afirma que o medo perdeu sua função “produtiva”, quando gerava uma reação, sendo hoje, muitas vezes, apenas paralisante.

O Jornalismo é uma fonte importante de amplificação social do risco devido à tendência para dramatizar, exagerar, sensacionalizar os fatos, o que chama a atenção do público, mas também gera uma série de distorções. Apesar disso, sem este canal, os cidadãos não teriam acesso a muitas informações necessárias para participar dos processos decisórios de regulação e controle dos riscos. Destaca-se que muitos riscos ambientais, tecnológicos e de saúde são oriundos de interesses privados, que lucram com o silenciamento ou amenização de riscos gerados pelos seus negócios.

Além disso, a especulação costuma favorecer o alargamento da cobertura. O interesse jornalístico é maior quando as informações são menos confiáveis e é preciso investigar o caso:

Cualquier dato se convierte en noticia por lo que puede llegar a pasar, y cualquier indicio se convierte en un titular por la gran probabilidade de consumir un riesgo catastrófico. Em cambio, uma vez que, com el passo del tiempo, se tiene mucha más información (contrastada y fiable) para explicar lo sucedido, la catástrofe va perdiendo el interés como noticia, ya na forma parte de las primeras páginas, ni de los titulares, a lo sumo se publicará em lugares mucho menos destacados. (Ascencio, Calero e Corral, 2017:24)

A descrição acima serve tanto para a cobertura de um risco quanto de uma catástrofe (a concretização do acontecimento destrutivo que estava por ocorrer). O Jornalismo de riscos e catástrofes busca, além de informar sobre os fatos, mudar a percepção da sociedade para uma perspectiva associada à cultura do risco. Loose, Camana e Belmonte (2017) afirmam que o trabalho de cobertura dos riscos pode desencadear processos de ação individual e de decisões políticas. “O Jornalismo, apesar de seus limites, pode colaborar com a construção de quadros interpretativos sobre os riscos ambientais mais contextualizados e condizentes com a perspectiva da prevenção” (Loose, Camana e Belmonte, 2017:14).

## 5. Jornalismo e prevenção

A discussão sobre a prevenção na cobertura do Jornalismo – aquilo que alguns chamam de “jornalismo preventivo” (ANDI, 2009) ou “jornalismo de prevenção” (Alende Castro, 2016) - está associada a situações de risco, que hoje tornam-se cada vez mais frequentes. Não nos referimos apenas a circunstâncias de crises humanitárias ou de catástrofes anunciadas, mas a possibilidade de evitar prejuízos para as

peças. Por mais que esta não seja uma questão nova, sendo associada ao jornalismo de serviço ou de utilidade, por trazer informações que possam contribuir com as ações dos cidadãos frente às possibilidades de perigo (Alende Castro, 2016), a prevenção não costuma ser pauta no Jornalismo antes da materialização do risco, ou seja, antes do desastre ocorrer – o princípio básico do Jornalismo é registrar os acontecimentos do cotidiano, hoje, e não pensando no futuro. O risco é, na maioria das vezes, associado à incerteza, o que não costuma atrair a atenção dos jornalistas, que buscam por fatos e não especulações. Além disso, quando não há medidas do governo ou outras instituições reconhecidas, os riscos tendem a ser ignorados ou entendidos como controlados (Kitzinger e Reilly, 2002). Ainda que o papel do Jornalismo seja fundamental para desencadear preocupações e ações em relação à prevenção, é preciso rever mudanças na própria lógica jornalística, que não pode se omitir de pensar no futuro quando estamos imersos em uma sociedade voltada para tal direção.

Ascencio, Calero e Corral (2017), ao defenderem o Jornalismo de riscos e catástrofes, apontam que mais especialização é necessária, a fim de evitar enquadramentos simplificados e que tendem à espetacularização. Loose (2016), em pesquisa sobre os riscos climáticos em jornal brasileiro, também identificou que há pouco aprofundamento de determinadas questões, destaque para as consequências negativas, falta de profissionais especializados no assunto e ênfase em questões globais, que geram distanciamento do problema. Tais elementos não contribuem para um entendimento dos riscos e dificultam ações preventivas – já que estes riscos passam a ser ignorados seja pela escala, seja pelo sentimento de impotência mediante o acesso apenas dos impactos. Segundo os pesquisadores espanhóis:

Es necesario cambiar essa percepción social de las catástrofes contemporáneas que las identifican sólo como um relato de actualidad informativa com tintes espectaculares, para convertilo em un tema más recurrente y mucho más provechoso para la educación y la cultura de la prevención del riesgo. (Ascencio, Calero e Corral, 2017:150).

Para além do modo de se construir notícias sobre os desastres ocorridos, que na pós-cobertura tendem a articular elementos preventivos para evitar riscos semelhantes, uma ruptura mais profunda se faz necessária. Kitzinger e Reilly (2004:43) destacam que a “democratização do risco” depende de “[...] transformações culturais, políticas e materiais na sociedade e nas indústrias midiáticas”. A cultura da prevenção precisa avançar por meio das instituições de ensino e de outras esferas sociais, incluindo aí as orientações sobre o que deve ser noticiado, já que estamos vivendo uma era de múltiplos e incertos riscos. Loose, Camana e Belmonte (2017), ao discutirem os riscos ambientais, evidenciam o quanto não se está falando de riscos que afetam diretamente a vida de boa parte da população porque há o interesse econômico de uma minoria em jogo. Logo, pontuam que a omissão do Jornalismo em relação à visibilidade dos riscos (e quem acaba ganhando com seu silenciamento) resulta em um rompimento com seu papel social, com a perspectiva de servir ao interesse público.

Entretanto, transformações dessa envergadura demandam tempo e os dias que vivemos pedem urgência no modo como o Jornalismo trata tais questões. Estudo da ANDI (2009) sobre cobertura da dengue e febre amarela demonstram que o Jornalismo tende a dar mais espaço aos riscos ou as epidemias (etapa posterior) quando há um número crescente de mortes; ao passo que elas reduzem, o tema deixa de ter in-

teresse, mesmo que muitas pessoas ainda estejam suscetíveis, em situação de risco. Outro aspecto, verificado em pesquisa de Maève Sobrinho (2016), aponta que o tema costuma ganhar espaço quando deixa de afetar apenas a população local ou as classes mais baixas. Na sua análise da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a epidemia do ebola na África foi possível verificar que houve mais atenção sobre o problema quando um americano foi infectado, ao passo que muitos africanos já estavam sofrendo com a doença.

O jornalismo de prevenção é guiado pela ideia de que é preciso vislumbrar, identificar, investigar e explicar os problemas para a população em vez de esperar que eles aconteçam (Alende Castro, 2016). Nesse sentido, o Princípio de Prevenção é tomado como diretriz para a seleção daquilo que se tornará notícia e também como orientação de como isso chegará ao público. Nesse sentido, faz-se necessário alterar a lógica de produzir a partir dos ocorridos (de um passado imediato ou mesmo do presente) para construir relatos que possam alterar a realidade, sob um olhar que antecipa, que se preocupa com o futuro.

Nesse sentido, para melhorar a qualidade do Jornalismo questões já conhecidas deveriam ser implementadas por todos, como a contextualização. A contínua redução e simplificação dos fatos prejudica o entendimento global das questões. Segundo a perspectiva preventiva:

[...] não resta dúvida de que o jornalismo pode oferecer aos cidadãos e às cidadãs oportunidades para que se coloquem – favoravelmente ou não – frente às políticas públicas e às propostas governamentais. A partir de um processo informativo mais contextualizado, a população ganha melhores condições para conhecer e reivindicar seus direitos, fortalecendo de forma mais consistente o próprio capital social do país. (ANDI, 2009:18).

O papel fiscalizador da mídia, quando feito de maneira contínua, também já responde às demandas preventivas, pois expõe as conexões entre assuntos que, aparentemente, não teriam relação. Cilene Victor (2016:53), pesquisadora brasileira que desde os anos 1990 debruça-se sobre a interface dos riscos no jornalismo, traz o conceito de *media intervention*, que “[...] não apenas reconhece o poder da mídia nos processos de mobilização social, como a importância da sua transferência para os grupos sociais em situação de crise”, o que respalda também o potencial de intervenção social possível no jornalismo. Para ela, o jornalismo pode sim contribuir para o enfrentamento da crise humanitária, decorrente de riscos e desastres de diferentes ordens.

Investigação, clareza, precisão. Aspectos presentes em qualquer manual da profissão, mas que, no dia a dia das redações é sobreposto pela espetacularização que rende a audiência fácil, pela falta de profissionais e de tempo para apuração adequada. Muitas deficiências encontradas na cobertura de riscos seriam sanadas se a orientação principal dos veículos fosse a informação qualificada. Outras se as próprias fontes de informação fossem mais proativas em relação aos meios de comunicação.

## 6. Considerações finais

Os riscos globais são considerados por Grande (2013) como o mais urgente problema das sociedades hoje e, pela “[...] magnitude potencialmente ilimitada dos danos

implica que eles têm de ser prevenidos (qualquer que seja o preço)” (Grande, 2013:47). Tal prevenção depende de uma articulação de todos, exigindo uma cidadania planetária, global, integral, que supere fronteiras, interesses e diferenças. Este texto buscou alinhar e tensionar diferentes abordagens relacionadas aos riscos e trazê-los para o âmbito da produção jornalística, buscando entender como o papel social do Jornalismo pode contribuir para o exercício pleno da cidadania a partir do olhar da prevenção. A tentativa objetivou lançar luz sobre esta abordagem e suscitar a ampliação do debate, sobretudo, nos contextos de mais vulnerabilidade, onde podemos localizar o Brasil.

Beck (2013:36) aponta que hoje o risco pode ser visto como “[...] um meio de comunicação obrigatório, voluntário e não –intencional”, que pode motivar agendas políticas nacionais e internacionais, reunindo pessoas diferentes em torno de uma causa comum. Não há como uma nação cuidar de seus problemas sem colaboração de outras, pois tudo está interligado. Dessa forma, o autor aponta o contexto contemporâneo como uma possibilidade para que haja de fato uma cidadania global, uma ação política conjunta que considere o enfrentamento dos riscos coletivamente.

Contudo, a efetivação de uma “gestão transnacional do risco” (Grande, 2013), enfrenta algumas dificuldades, como as interpretações sociais do risco, mediadas fundamentalmente pela mídia, de forma geral, e pelo jornalismo, especificamente. A comunicação de riscos, sua percepção e a ação para minimizá-los ou excluí-los são elementos dependentes e necessários para uma transformação de cultura. A disseminação dos riscos globais pela mídia, para a percepção comum dos cidadãos da complexidade que envolve a “sociedade dos riscos”, depende antes de uma revisão nos critérios de noticiabilidade e outros fatores associados à construção das notícias, que não considere como prioritário o interesse do público, mas as demandas coletivas para que consigamos viver em um lugar melhor.

O Jornalismo precisa rever seu *modus operandi*, sua lógica voltada para o presente, já que estamos vivendo em uma sociedade orientada para o futuro. O registro do hoje é relevante, mas pode ser alargado, de modo a contribuir, de forma relevante, com a prevenção dos riscos. Um posicionamento mais precautório e preventivo deve ser incorporado na prática jornalística de modo a possibilitar que os cidadãos conheçam os riscos que os ameaçam e possam tomar suas atitudes de maneira consciente e responsável.

## Agradecimento

Este trabalho foi concluído durante o pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

## Bibliografia

- Adams, John. (2009). *Risco*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Alende Castro, S. (2016). Comunicar el riesgo desde la anticipación – El periodismo de prevención em la prensa gallega: uma proposta, *Anuario Electrónico de Estudios em Comunicación Social “Dissertaciones”*, v. 10, nº 2, p. 20-38.

- Alves Dos Santos, J. F. (2015). A redução de vulnerabilidades como estratégia no enfrentamento de desastres, *Razón y Palabra*, nº 9, p. 170-186.
- ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. (2009). *Jornalismo preventivo e cobertura de situações de risco: Uma análise do tratamento editorial dedicado pela imprensa brasileira à dengue e à febre amarela*. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/publicacao/jornalismo-preventivo-e-cobertura-de-situacoes-de-risco-uma-analise-do-tratamento>>. Acesso em: 08 fev. 2018.
- Ascencio, C. L.; Calero, M. L. S.; Corral, E. M. (2017). *Periodismo de riesgo y catástrofes: em los telediarios de las principales cadenas de televisión em España*. Madrid: Editorial Fragua.
- Ashe, T. (2013). *How the media report scientific risk and uncertainty: a review of the literature*. Reuters Institute for the Study of Journalism. Oxford: University of Oxford.
- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- (2013). Viver na sociedade do risco mundial e lidar com ele. In: Innerarity, D.; Solana, J. (Orgs.). *A humanidade ameaçada: a gestão dos riscos globais*. Lisboa: Teodolito, 31-39.
- Carvalho, A. (Org.). (2011). *As alterações climáticas, os media e os cidadãos*. Coimbra: Grácio.
- Corner, A.; Markowitz, E.; Pidgeon, N. (2014). Public engagement with climate change: the role of human values, *WIREs Climate Change*, v.5, n.3.
- Covello, V.; Sandman, P. (2001). Risk communication: Evolution and Revolution. In: Wolbarst, A. (Ed.). *Solutions to an Environment in Peril*. Baltimore. Maryland: John Hopkins University Press. p.164-178.
- Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Interthesis*, v.6, n.1, p.299-325.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ªed. São Paulo: Atlas.
- Giddens, A. (2010). *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Grande, E. (2013). Os riscos globais e a gestão preventiva. In: Innerarity, D.; Solana, J. (Orgs.). *A humanidade ameaçada: a gestão dos riscos globais*. Lisboa: Teodolito, 41-66.
- Kitzinger, J.; Reilly, J. (2002). *Ascensão e queda de notícias de risco*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- Lima, M. L. P. (1998). Factores sociais na percepção de risco, *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, v.12, n.1, p.11-28.
- Loose, E. B.; Camana, A.; Belmonte, R. V. (2017). A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo, *Revista Famecos* (Online), v. 24, n. 3.
- Loose, E. B. (2016). *Riscos climáticos no circuito da notícia local: percepção, comunicação e governança*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, Curitiba.
- Maève Sobrinho, Í. (2016). *Jornalismo Humanizado: Análise da cobertura da Folha de S. Paulo sobre a epidemia do Ebola na África*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curitiba: Centro Universitário Internacional.
- McQuail, D. (2013). *Journalism and Society*. London: SAGE Publications Inc.
- Obregón, R.; Arroyave, J.; Barrios, M. M. (2010). Periodismo y comunicación para la gestión de riesgo en la subregión andina: discursos periodísticos y perspectivas para un enfoque prospectivo y preventivo, *Folios*, nº 23, p.105-135.
- Pont Sorribes, C. (2013). *Comunicar las emergencias: actores, protocolos y nuevas tecnologías*. Barcelona: Editorial UOC.
- Pulcini, E. (2013). Reaprender a recerar: a percepção dos riscos na era global. In: INNERarity, D.; Solana, J. (Orgs.). *A humanidade ameaçada: a gestão dos riscos globais*. Lisboa: Teodolito, 127-141.

- Rodríguez, M. E. R.; Puga, A. B. (2017). Comunicación de riesgos, cambio climático y crisis ambientales, *Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación*, nº 136:179-194.
- Serra, P. (2009). *A mediatização dos riscos: o caso dos riscos ambientais*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-serra-mediatizacao.pdf>>. Acesso em 08 fev. 2018.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo - Vol. II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.
- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. (2010). Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Comunicação de riscos e de desastres*. Curso a distância. Florianópolis: CEPED UFSC.
- Veyret, Y. (2007). *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- Victor, C. (2015). *Four risk communications models: the role of each social actor*. Disponível em: <[https://www.preventionweb.net/files/experts/Intro\(32\).pdf](https://www.preventionweb.net/files/experts/Intro(32).pdf)>. Acesso em: 12 set. 2018.
- (2016). Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima: dos protocolos internacionais às narrativas jornalísticas, *Revista Libero*, v. 19, n. 37, p. 45-54.